

O “clima de abertura” como modulador sentimental da transição da ditadura militar (1974-1985)¹

Paulo Gajanigo (UFF/Rio de Janeiro)

Palavras-chave: Esfera Pública; Clima; Ditadura.

Entendo aqui a questão da rigidez entre ditadura e democracia no Brasil, a partir do nosso processo recente nas décadas de 70 e 80, sob dois pontos de vista. O primeiro é a visão mais consolidada de que o processo de transição deixou inúmeras sobras, penduricalhos jurídicos, práticas institucionais e até uma “cultura” forjada no período ditatorial. Isso nos leva a um olhar sobre os resquícios da ditadura e o projeto de completar a democratização. O outro olhar, menos consolidado na discussão sobre a transição brasileira, se trata quase do inverso, de olhar para os elementos autoritários da democracia e pensar as ditaduras como radicalizações de elementos autoritários dos regimes democráticos. Isto está presente no debate sobre a relação entre fascismo e democracia, por exemplo. Nosso olhar não nos levaria a buscar resquícios da ditadura, mas de pensar uma dinâmica complexa entre as sobras de práticas e regimentos e os processos contemporâneos de reforçamento autoritário. Esse olhar é uma opção num contexto em que vemos “o retorno do recalcado” na política brasileira e temos que lidar com o desmoronamento da narrativa de um avanço progressivo da democracia, insinuado pelas ações como a Comissão da Verdade.

Quando li a proposta deste GT, me animei em participar principalmente porque ele apresenta um desafio que me parece estar ligado a entender essa dinâmica complexa. Ou seja, entender tanto essa sensação de uma inércia da ditadura na democracia, quanto a insistência de “novos autoritarismos”. Em geral, o fundamental é não tomar a história linearmente. O salto da história de Benjamin nos indica uma possibilidade de compreender a ditadura não como resquício, mas como um ponto de referência incorporado que serve de solução para os autoritarismos “novos”.

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

Essa perspectiva me interessa pois tenho me dedicado a estudar o período da transição (1974-1985) no que se refere à sua “autoimagem”. A imagem da transição parece estar consolidada como um processo lento, gradual e longo. O que me chama à atenção é que esse período longo foi anunciado assim logo em seu começo. Muitos não imaginavam que só teríamos eleições diretas em 1989, 15 anos depois de Geisel anunciar o novo tempo, mas a condução do processo sempre fazia saber que não ela tinha pressa. O que me interessa, então, é entender como essa anunciada lentidão configurou não só um ritmo institucional, mas também uma modulação sentimental. Esse ponto ficou mais nítido para mim quando percebi a relevância que a tarefa da constituição de um novo clima político no país tinha nos discursos do governo ditatorial a partir de 1974. Essa evocação de um “clima de abertura” era recorrente e me serviu de índice para pensar as disputas sobre as disposições afetivas na esfera pública durante a transição.

Numa pesquisa exploratória, identifiquei, em três jornais de grande circulação no país, as ocorrências do termo “clima de abertura” e os respectivos cadernos (apresento aqui a divisão por cadernos de O Globo. O resultado foi o seguinte:

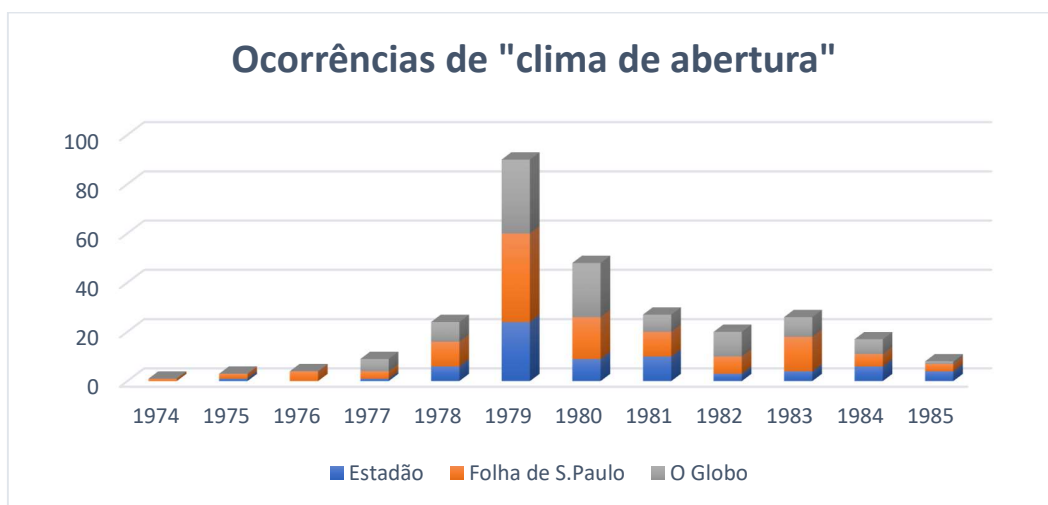


Figura 1 - Gráfico das ocorrências de "clima de abertura"

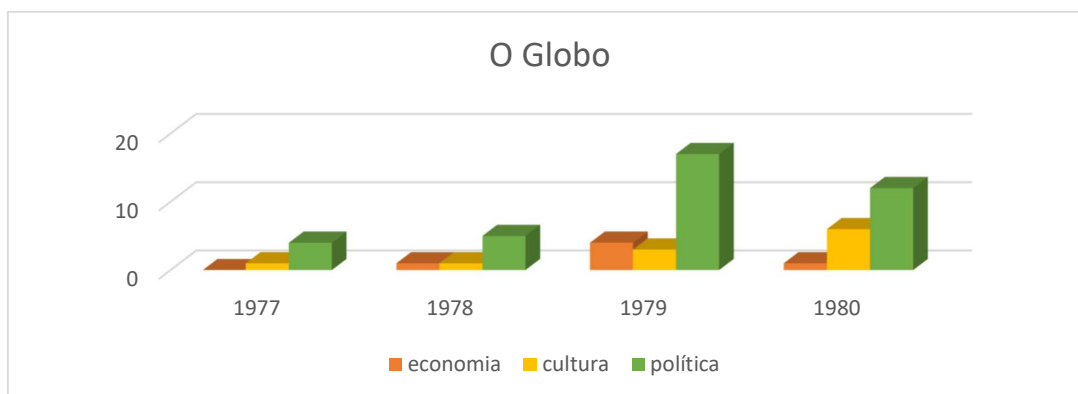


Figura 2 - Gráfico das ocorrências de "clima de abertura" por cadernos

A partir desses dois gráficos, procurei entender especialmente dois elementos: por que há um crescimento significativo no ano de 1979 e o que as variações das ocorrências em cada caderno pode sugerir. Para isso, estudei os contextos das evocações de um clima de abertura. Esse estudo foi publicado neste ano (Gajanigo, 2020). Para esta apresentação, gostaria de indicar alguns pontos apenas.

A ideia de um novo clima foi lançada logo no início do governo Geisel, em 1974. Geisel fala da “criação de um **clima** salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964” (As Grandes, 1974, p.1 – grifo nosso). Desde então a expressão “clima de abertura” apareceu em discursos do governo ou de parlamentares da ARENA. A expressão se tornou mais frequente em 1978 e, especialmente, em 1979. As evocações ao clima de abertura chegaram ao ápice por uma conjuntura bastante específica: a oposição se encontrava frustrada na expectativa de medidas efetivas de democratização. Essa expressão passou a estar na voz da oposição, ainda que criticamente. Se somou a isso, um novo fôlego do governo com a revogação do AI-5 em dezembro de 1978, pelo presidente Geisel, a chegada ao poder do novo presidente, Figueiredo, e a Lei da anistia, que evocava em si a ideia de abertura com a ideia de abrir o país para os exilados. Analisando as notícias e textos jornalísticos de 1979, parecia haver consenso de que se vivia neste momento um clima de abertura, mesmo que não houvesse, longe disso na verdade, consenso sobre o processo de abertura. Da sua evocação inicial pelo governo, acompanhada de algumas pequenas medidas legitimadoras como a diminuição da censura, passando por sua forte

contestação pelos retrocessos na abertura política nos anos seguintes, chega-se ao estabelecimento deste clima. Diferentemente do processo de abertura, que pode ser analisado por meio de medidas e ações, o estabelecimento do clima ocorre em um outro nível da vida social. De forma que fracassos ou retrocessos na política de abertura não significaram recuo no estabelecimento do clima, ao contrário, podemos dizer que os questionamentos e críticas ampliaram o escopo das evocações ao clima e, como um profeta, ao evocar, ia se tornando real.

Parte das críticas ao governo se referiam ao fato de o clima de abertura ter ficado restrito a certos campos, não chegando na questão indígena, por exemplo, ou na comunicação. Essas reivindicações levavam o próprio clima para essas áreas – indicando uma das características do clima, o contágio, o desprezo pelas fronteiras entre as esferas sociais. Nos jornais, as evocações iam se espalhando para outros cadernos. Percebe-se que, nos assuntos de cultura, as ocorrências continuam crescendo mesmo quando há redução na pauta política. Em 14 de dezembro de 1980, em reportagem sobre o crítico teatral Sábado Malgadi, afirma-se: “Para ele [Malgadi], o teatro não está sensibilizando o público porque a dramaturgia está cheia de metáforas e de contestações que já não têm sentido dentro de um clima de abertura que o Brasil vive”. (METÁFORAS, 1980). No resumo diário de novelas, encontramos o seguinte sobre a novela Memórias de amor: “O clima de abertura que envolve o país chegou à novela das seis. Tanto isso é verdade que o capítulo tratou, basicamente, de sexo”. (MEMÓRIAS, 1979).

Em sua coluna, Artur da Távola elogiou os dois novos programas jornalísticos na televisão, Canal Livre, na Bandeirantes e Brasil-Debate, na Globo: “Louve-se o alto nível de ambos os debates e o invejável clima de abertura e franqueza nas perguntas e respostas em ambos os canais”. (TÁVOLA, 1980). Em entrevista ao jornal O Globo, o músico Ruy Maurity foi perguntado: “O disco dá a impressão de que vocês estão mais à vontade, falando menos através de metáforas. O clima de abertura terá contribuído para isso?”. Em resposta, afirmou: “Inconscientemente influiu. Tivemos, anteriormente, poucos problemas com a Censura. Mas o eventual clima de liberdade relativa por ter influído numa descontração maior para compor, sobre isso não há dúvida” (CHRYSÓSTOMO, 1980).

Creio que nos ajude a compreender esse processo de disputa sobre um “clima” o que se tem debatido recentemente sobre o conceito de clima nas ciências humanas. É notório que

a palavra clima há muito tempo não se refere apenas a descrição de fenômenos meteorológicos. Esse uso recorrente serviu de base para pensá-lo como conceito. Antes, é preciso uma pequena observação sobre idioma. Em português, o termo clima é o favorito para tratar de aspectos afetivos que estão em nosso entorno. O clima de uma sala, de uma reunião, de uma manifestação. Atmosfera também nos serve, mas tal como na geografia física, ela tende a se referir mais a características permanentes – atmosfera de uma arquitetura, de uma cidade –, do que uma dinâmica coletiva entre humores numa situação específica. Isso nos indica que evocar um novo clima e não uma nova atmosfera ressalta o compromisso de todos os envolvidos e não apenas daqueles que detém o controle “mais físico” das instituições. Portanto, mudando o foco das medidas institucionais de uma melhor atmosfera para o diálogo para uma nova disposição para o diálogo, a evocação desse clima compartilhou injustamente a responsabilidade entre governo e oposição.

O debate teórico que tem me ajudado gira em torno do conceito de *Stimmung*, especialmente por meio da formulação de Heidegger. Este termo alemão tem sido recorrentemente traduzido para o inglês como *mood*, e, ainda que não haja um claro movimento estabelecido, é possível identificar a configuração de um campo que chamaria de *mood studies*. Esse campo tem fortes vínculos com a “virada afetiva” (Clough, 2008), já que é nítido o foco nos afetos desses estudos. No entanto, esse campo em formação tem abrigado questionamentos sobre uma tendência a entender os afetos de maneira quase atômica, de forma que o desenho de uma dinâmica coletiva se aproximaria de um campo de forças. Os estudos que têm trabalhado sobre o *mood* em geral realçam a mediação de reguladores afetivos coletivos. Nesse sentido, temos visto a reoperacionalização do conceito de Raymond Williams de “estrutura de sentimentos” (1975), por exemplo. Os conceitos de clima, atmosfera e humores em geral realçam construções subjetivas que servem de orientação entre sujeitos e seus contextos.

É nesse sentido que tenho pensado o “clima de abertura”. Não o tomo como simplesmente a consequência direta de um período, como se pode pensar que existe um processo de abertura e conseqüentemente um clima ligado a esse processo. O clima de abertura condensou uma estratégia de controle do processo de transição, mas também uma gramática para confronto e negociação e um comprometimento afetivo. Em síntese, penso como modulador sentimental em disputa. Portanto, creio que o longo processo de abertura

foi um processo durável de educação sentimental para os atores na esfera pública. Não foi uma política de mão única, mas o governo teve sucesso em ganhar a batalha principal. Como nos lembra Bresser-Pereira (1983), o termo abertura foi uma vitória de nomenclatura do governo em relação ao termo democratização, utilizado pela oposição. A oposição política, e um setor de sujeitos políticos que estavam ganhando espaço, lutaram, em geral, dentro do espectro da “abertura”, explorando esse clima para reivindicar o que deveria ser intensificado. Gradualmente, o foco passou a ser também o clima.

Quando o governo age no sentido de construir por meio de medidas e evocações de um novo clima, em síntese, ele produz uma demanda por sentimentos específicos e a ideia de que se vive um novo período histórico. Essa “política climática” objetiva os referenciais sentimentais que usamos para agir na esfera pública. Tal como a *doxa*, na acepção de Bourdieu (1989), essa política visa a redefinição daquilo que não é questionável na ação política. Quando um clima político se estabelece, ele define uma arena mais favorável a certos interesses de forma “dóxica” – um ambiente que é vivido como se fosse um campo dado para a ação.

A evocação de um clima de abertura soa bem. Aqui tanto a palavra clima quanto abertura inspiram leveza. Mas os seus usos acompanhavam um forte caráter restritivo e censor. Se o clima era usado para sugerir mais compreensão a setores governistas dos movimentos sindicais, por exemplo, - aqui cito a fala do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que afirmou que “No clima de abertura, temos que aprender a conviver com a greve” (FRASES, 1979) – ele era usado para criticar seus “excessos”, por exemplo quando o deputado da Arena Dib Cheren, afirma que “malgrado a posição radical de certos setores marginais do MDB, o clima de abertura persiste e as tentativas de diálogo continuam (...)” (ARENISTAS, 1977). A condição etérea do clima aparecia como ameaça, como se esses excessos poderiam fazer o clima azedar e o governo retroceder no processo de abertura.

Com essa brevíssima análise, proponho olhar para reconfiguração da esfera pública no período de transição a partir da política sobre os afetos. Para isso, a própria esfera pública tem que ser entendida como tendo uma existência material. A esfera pública, tal como formula Habermas, não evidencia suas particularidades e portanto dificulta a visualização de aspectos restritivos de acesso a ela. Parte da crítica ao conceito habermasiano destacou esse

aspecto da materialidade (Dahlberg, 2005), as especificidades de classe, raça e gênero da esfera pública – os cafés (*coffee houses*) que servem de modelo a Habermas (1990) eram espaços dos homens brancos com boa renda. Ao dar visibilidade a suas materialidades, podemos pensar quem poderia ou não ser escutado na esfera pública.

A esfera pública não é construída apenas por interações face a face. Para Habermas, por exemplo, os jornais eram um constituinte significativo da esfera pública, ainda que ele veja a mídia como uma contribuidora de sua decadência. Menos negativamente, John Thompson (1993, 187) indica que, com a mídia, a esfera pública se desconecta de um lugar específico. A esfera pública existiria como um espaço social material sem qualquer lugar específico. Com a intensificação da mídia como meio da esfera pública, sua aparência atual passa a ser a própria atmosfera. Louis Quéré afirma que a esfera pública, longe de ser encarnada num local ou instituição, se torna visível “nas formas de engajamento, argumentação e julgamento público”. (2003, 124). Portanto, uma esfera pública não é formada apenas (ou não deve ser formada, como afirma Habermas normativamente) por aqueles afetados pelas ações públicas, mas a ela deve ser vista como algo que afeta o público, demanda e provoca sintonias. A sintonização se torna um aspecto bem saliente. Se a *coffee house* tem seu controle garantido de acesso pelo *habitus*, gosto, situação financeira etc., o controle de acesso da esfera pública se torna cada vez mais uma questão com qual humor você deve estar. Claro que o humor está relacionado de alguma forma com *habitus*, como afirma Bourdieu (1975, 124), e situação financeira, mas isso não elimina o fato de que o controle da esfera pública exige instrumentos cada vez mais complexos.

A política climática, portanto, é um meio de excluir e marginalizar. Os esforços em criar um “clima de abertura” foi uma forma de definir quais sujeitos e com qual tom eles devem se apresentar na esfera pública. Como afirma Riedel, “criar e mobilizar atmosfera pode ser considerado uma tecnologia de poder” (2019, 89). Considerando o regime ainda autoritário do período de abertura, uma política climática ocupou o espaço deixado pela diminuição da censura, com uma tecnologia de poder diferente. Quando os agentes do governo demandam respeito da oposição ao clima de abertura, eles estão demandando obediência a uma argumentação polida e doce. A idealização da esfera pública como um espaço para a argumentação racional e não agressiva, aparece aqui como um violento silenciamento dos sujeitos políticos. Para ser aceito nesta esfera pública fortemente

controlada, eles não poderiam mostrar qualquer intenção de revanche – como a Lei da Anistia afirma textualmente (Abrão; Torelly 2012, 152).

Creio que o foco não normativo da esfera pública pode nos ajudar a pensar a dinâmica complexa de exclusões, controles e padronização para além da rígida separação entre ditadura e democracia. E, no caso aqui estudado, pode ajudar a pensar a transição para a democracia não como um processo incompleto, mas como algo completo no sentido de ter sido um processo que envolveu o corpo todo.

Bibliografia:

ABRÃO, P.; TORELLY, M. 2012. “Resistance to Change”. In: Lessa, F; Payne, L. [Eds.]. *Amnesty in the Age of Human Rights Accountability: Comparative and International Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.

ARENISTA: Radicais do MDB impedem distensão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1977, O País, p.6.

AS GRANDES metas do governo Geisel. *O Globo*. Rio de Janeiro, 20 de março de 1974. Capa, p.1.

BOURDIEU, Pierre. 1975. ‘L’ontologie politique de Martin Heidegger’. *Actes de la recherche en sciences sociales* 1 (5): 109–56.

BOURDIEU, Pierre. 1989. ‘Social Space and Symbolic Power’. *Sociological Theory* 7 (1): 14.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1983), “Os limites da ‘abertura’ e a sociedade civil”. *Revista de Administração de Empresas*, v.23, n.4, pp.05-14.

CLOUGH, Patricia (2008), “The Affective Turn Political Economy, Biomedica and Bodies”. *Theory, Culture & Society*, v. 25, n.1, pp. 1–22.

DAHLBERG, Lincoln. 2005. ‘The Habermasian Public Sphere: Taking Difference Seriously?’ *Theory and Society* 34 (2): 111–36.

FRASES. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 30 de abril de 1979. Primeiro caderno, p.2.

GAJANIGO, Paulo. (2020) “Evocações e disputas sobre o “clima da abertura” durant o período de transição no Brasil (1974-1985)”. *Revista Brasileira de Sociologia*. v8, n.18.

HABERMAS, Jürgen. 1990. *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Vol. 27.

MEMÓRIAS de amor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 19 de abril de 1979. Ilustrada, p.48.

METÁFORAS e contestações, coisas de um teatro chato. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 14 de dezembro de 1980. Folhetim, p.9.

QUÉRÉ, Louis. Le Public comme forme et comme modalité d’expérience. In: Cefai, Daniel; Pasquier. *Les sens du public: Publics politiques, publics médiatiques*. PUF, 2003

RIEDEL, Friedlind. 2019. ‘Atmospheric Relations: Theorising Music and Sound as Atmosphere’. In *Music as Atmosphere: Collective Feelings and Affective Sounds*, edited by Friedlind Riedel and Juha Torvinen, 1st ed. New York: Routledge.

THOMPSON, John B. 1993. ‘The Theory of Public Sphere’. *Theory, Culture & Society* 10: 173–89.

WILLIAMS, Raymond. 1975. *The Long Revolution*, Westport: Greenwood Press.